Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

1 Contexto operacional

A Unimed Anhanguera Cooperativa de Trabalho Médico ("Cooperativa"), sediada em Araras SP, contava com 202 e 203 cooperados no fim de 2020 e de 2019, respectivamente, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, notadamente em relação ao exercício de suas atividades ligadas ao atendimento de beneficiários originários dos contratos firmados pela Cooperativa na condição de mandatária de seus associados, para a sua defesa econômica-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades.

Os planos de saúde propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus beneficiários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços cooperados e credenciados na sua cidade sede e região. A Cooperativa conta com duas unidades hospitalares localizados em Araras SP e Leme SP, onde atende exclusivamente seus funcionários, cooperados e beneficiários.

Desempenho operacional frente a COVID19

Preocupações com a saúde global e nacional, como o surgimento de doenças pandêmicas ou contagiosas, como o COVID19 impactou o resultado do exercício de 2020 da Cooperativa. Os gastos assistências sofreram alterações com beneficiários atingidos pela doença principalmente nos casos de internações em UTI, já por outro lado as medidas de isolamento social, recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), comunidade médica, governo e municípios para conter a curva de contágios da doença, fizeram com que as pessoas cancelassem exames, consultas médicas e cirurgias, gerando uma queda na demanda por serviços de assistência à saúde. A extensão em que a COVID19 afetará o resultado do exercício de 2021 dependerá de desenvolvimentos futuros, que são incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre as mutações do vírus e as ações para contê-lo ou tratar seu impacto, entre outras.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. Como operadora de planos de assistência à saúde, a Cooperativa encontra-se registrada na ANS, sob o nº 348082.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Lei das Sociedades Cooperativas (Lei nº 5.764/71) e pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela ANS. As demonstrações financeiras dos exercícios de 2020 e de 2019 estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através de Resolução Normativa sendo a última, RN nº 435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 12 de março de 2021 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Cooperativa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Nos exercícios de 2020 e 2019, a Cooperativa não realizou operações para apresentação das demonstrações do resultado abrangente. Dessa forma, a Cooperativa não está apresentando as demonstrações do resultado abrangente para os exercícios de 2020 e 2019.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Cooperativa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cooperativa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, referente às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

4 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa – disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e estão classificadas como:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

- Aplicações garantidoras de provisões técnicas: nos termos da RN nº 392/2015 e posteriores alterações. As aplicações vinculadas possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira e devem ser suficientes para garantir o saldo da: provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados a mais de 60 dias, provisão para eventos ocorridos e não avisados e provisão para remissão. As aplicações não vinculadas têm como objetivo lastrear o saldo da provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias e que não necessitam de garantias vinculadas.
- Aplicações livres: são resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4.2 Ativos financeiros

4.2.1 Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Cooperativa compreendem: disponível, aplicações financeiras, créditos de operações com planos de assistência à saúde, créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora e outros créditos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

4.2.2 Reconhecimento e mensuração

Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.2.3 Passivos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Cooperativa classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Cooperativa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: eventos a liquidar, débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora e outras contas a pagar.

4.3 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Cooperativa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os créditos de operações com planos de assistência à saúde e os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, os critérios para o cálculo da provisão para perda (*impairment*) estão determinados por Resolução Normativa conforme demonstrado na nota 4.4.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

4.4 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, dos ingressos originados dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

4.5 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado". O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Cooperativa e sua unidade de serviços próprios: Hospital.

4.6 Investimentos

Representados basicamente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica avaliados pelo custo.

4.7 Imobilizado

Compreendido, predominantemente pela infraestrutura administrativa e hospitalar, máquinas e equipamentos, inclusive hospitalares. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação registrado com base em laudo técnico emitido por peritos independentes, cujos valores passaram a integrar o custo dos bens dos grupos de terrenos, edificações e benfeitorias, em contrapartida da conta de Reserva de reavaliação, no Patrimônio líquido e deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

	Taxa de depreciação
Edificações	4%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	20%
Outras imobilizações	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

4.8 Ativos intangíveis – software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares à taxa de 20% a.a.

4.9 *Impairment* de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cooperativa, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrado a perda por *impairment* entre essa diferença.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

4.10 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A participação mínima dos empregados no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima, quando aplicável, são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração. Os valores dos dispêndios com pessoal estão demonstrados na nota 23.

4.11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir a liquidez financeira e operacional da operadora de planos de assistência à saúde, conforme demonstrado na nota 15. Segue um breve descritivo sobre a prática contábil para as provisões técnicas:

(i) Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas - PPCNG

É constituída conforme previsto na RN nº 314/12 da ANS e caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de ingressos de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.

(ii) Provisão para remissão

Provisão calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. Foi estabelecida por resolução normativa da ANS e constituída pelo valor definido por laudo técnico atuarial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

(iii) Provisões para eventos a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

(iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA - Outros prestadores

É calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos.

(iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA - SUS

Reconhecida a partir do exercício de 2020, é calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS para fazer frente às despesas assistenciais realizadas no Sistema Único de Saúde - SUS pelos beneficiários do plano de saúde da operadora, porém, ainda não cobradas pela Agência.

(v) Provisão de eventos a liquidar para o SUS

Referem-se a cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei nº 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde.

4.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido das instituições financeiras, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

4.13 Cotas de cooperados

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido conforme Estatuto Social e a legislação cooperativista.

4.14 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment*) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nos ingressos, dispêndios e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

4.16 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

4.17 Ingresso operacional

4.17.1 Reconhecimento dos ingressos e respectivos custos

Por determinação da ANS, são classificados como "contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde" o resultado líquido dos ingressos (receitas), deduzidas às variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registradas por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação e modalidade de cobertura.

A apropriação dos ingressos observa o regime de competência de exercícios considerando:

- (i) nos contratos com preços preestabelecidos, o período de cobertura contratual; e
- (ii) nos contratos com preços pós-estabelecidos, a data em que se fazem presentes os fatos geradores do ingresso.

A apropriação dos respectivos custos (eventos indenizáveis) ocorre quando do recebimento das respectivas contas e através da constituição de provisão como referido na nota 15.

Os demais ingressos e dispêndios observam o regime de competência de exercícios para o seu reconhecimento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

4.17.2 Atos cooperativos

São segregados em atos cooperativos e atos não cooperativos, para fins de apuração de incidência tributária aplicável à sociedade. Os Atos Cooperativos correspondem aos serviços praticados entre as Cooperativas e seus cooperados e pelas Cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais (Lei nº 5764, art.79). Os Atos não cooperativos refletem as operações realizadas por prestadores não cooperados.

4.17.3 Ingressos financeiros e dispêndios financeiros

Os ingressos financeiros abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. O ingresso de juros é reconhecido no resultado, através do método dos juros efetivos.

Os dispêndios financeiros abrangem juros incorridos até a data do balanço e descontos concedidos.

4.18 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente das operações com cooperados é isento destes tributos. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre a reserva de reavaliação. Sua realização ocorre pela baixa e depreciação dos bens reavaliados.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	2020	2019
ANS BR Renda fixa	2.135.804	2.099.155
ANS CDB Renda fixa	6.633.595	6.794.383
RDC CDI	4.076.420	3.989.222
Garantidoras de provisões técnicas	12.845.819	12.882.760
CDB DI RF	14.780.965	13.062.613
CDI Flex	5.140.467	4.735.848
Livres	19.921.432	17.798.461
	32.767.251	30.681.221

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos, recibo de depósitos cooperativo e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

A Cooperativa apresentou as aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN nº 392/2015 e posteriores alterações da ANS. A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.

Garantias financeiras x Provisões técnicas

	2020	2019
(A) Ativos garantidores	14.510.697	14.475.327
Aplicações financeiras garantidoras	12.845.819	12.882.760
Depósitos judiciais	4.293	4.293
Vínculo de imóveis assistenciais	1.660.585	1.588.274
Provisões técnicas		
Remissão (circulante e não circulante)	866.164	721.347
Eventos ocorridos e não avisados – PEONA	1.945.411	2.558.182
Eventos a liquidar avisados há mais de 60 dias	2.800.964	3.000.811
Redução dos eventos SUS (%hc x abi + parcelamento +		
débitos vencidos acima de 5 anos)	(2.175.212)	(2.524.196)
(B) Necessidade de vínculo	3.437.327	3.756.144
Suficiência de vínculo de ativos garantidores: (A) – (B)	11.073.370	10.719.183
(C) Eventos a liquidar avisados até 60 dias	4.865.599	4.037.289
(D) Necessidade de lastro de ativos garantidores: (B) + (C)	8.302.926	7.793.433
Suficiência de lastro de ativos garantidores: (A) – (D)	6.207.771	6.681.894

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2020	2019
Contraprestações pecuniárias	2.572.020	2.754.544
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (i)	(1.624.058)	(1.644.909)
	947.962	1.109.635
Co-participação de beneficiários a receber (-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	522.817 (174.327) 348.490	525.459 (162.518) 362.941
Operadoras de planos de assistência à saúde	330.913	134.717
Outros créditos de operações com planos de assist. à saúde (ii)	994.063	
	2.621.428	1.607.293

- (i) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhado no item 4.4. A Administração da Cooperativa, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.
- (ii) Créditos decorrentes de reajustes não aplicados durante o exercício de 2020, conforme comunicado nº 85 da Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS, publicado no Diário Oficial da União em 02 de setembro de 2020 que tratou da suspensão da aplicação dos reajustes de planos de saúde por variação de custos (anual) e por mudança de faixa etária, no período de setembro a dezembro de 2020. Os contratos que tiveram reajustes suspensos terão a recomposição aplicada nos boletos a partir de janeiro de 2021. O montante devido deverá ser diluído em 12 parcelas mensais e de igual valor.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Cooperativa não mantém nenhum título como garantia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	2020	2019
Clientes a efetivar (i)	3.197.975	996.534
Clientes a receber	88.626	-
Medicina ocupacional	133.698	122.988
Procedimentos médicos não cobertos a receber	548.576	369.298
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (iii)	(642.351)	(310.665)
	3.326.524	1.178.155
Intercâmbio a receber – atendimento eventual (ii)	2.974.876	2.469.670
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (iii)	(158.759)	(109.145)
	2.816.117	2.360.525
	6.142.641	3.538.680

- (i) Refere-se ao valor a faturar para outras Unimeds (intercâmbio) em Custo Operacional (CO) cujo serviço foi prestado pela rede própria da Unimed Anhanguera e não por seus credenciados. Esse faturamento será efetivado no mês subsequente ao mês da competência e foi registrado antecipadamente nas demonstrações financeiras pela competência do custo relativo a ele.
- (ii) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.
- (iii) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhado no item 4.4. A Administração da Cooperativa, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

8 Créditos tributários e previdenciários

•	2020	2019
IRRF CSLL retido de faturas PIS retido s/ faturas COFINS retido s/ faturas PIS s/ faturamento Pagamento indevido ou maior - PIS/COFINS COFINS s/ faturamento ISS PIS/COFINS/CSLL	876.833 32.508 129.761 577.241 690 269.468 4.017 4.672 2.135	1.161.444 61.385 108.070 477.024 690 131.670 4.017 4.618
	1.897.325	1.948.918

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

9 Bens e títulos a receber

	2020	2019
Estoques (i) Títulos a receber Adiantamentos (ii) Outros títulos a receber	7.258.790 270.460 4.307.338 5.875	7.509.671 385.430 673.036 169.764
	11.842.463	8.737.901

- (i) Substancialmente composto por estoque de materiais e medicamentos disponível para utilização nos hospitais da Unimed Anhanguera e medicamentos quimioterápicos para uso em beneficiários/ pacientes amparados por decisão judicial.
- (ii) Composto basicamente por adiantamento de produção a cooperados.

10 Depósitos judiciais e fiscais

	2020	2019
Tributários (ii) Taxa de saúde suplementar (i) Eventos e sinistros Cíveis (ii) Trabalhistas (ii)	1.477.646 48.915 4.293 783.024 20.120	1.365.358 48.915 4.293 581.698
、 ,	2.333.998	2.000.264

- (i) Os valores foram depositados em juízo para fazer frente as notificações de cobrança da Taxa de Saúde Suplementar expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Cooperativa mantém provisão para contingência conforme nota 20.
- (ii) Existem demandas de natureza tributária, cível e trabalhista, conforme nota 20, para as quais foram efetuados depósitos judiciais recursais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

11 Investimentos

	1º/01/2019	Adição	Baixa	31/12/2019	Adição	31/12/2020
Participação societárias - operadora de planos de assistência à saúde						
Federação das Unimed do Estado de São Paulo - FESP	2.583.741	429.359	-	3.013.100	40.567	3.053.667
Unimed Centro Paulista – Federação Intra-Federativa	805.573	-	-	805.573	-	805.573
Central Nacional Unimed	267.067	-	-	267.067	173.327	440.394
Outros investimentos						
Unicred Araras	92.009	-	-	92.009	-	92.009
Sicoob Credifácil	9.736	1.384	-	11.120	1.107	12.227
Unicred Bandeirantes	10.843	-	(10.843)	-	-	-
Sicred	795.278	65.115	-	860.393	35.834	896.227
Sicoob Unicentro Brasileira Sede	-	140	-	140	308.772	308.912
Unicred do Est SP	-	4.320	-	4.320	-	4.320
Sicoob Unimais	-	-	-	-	1.220	1.220
Debêntures	53.500			53.500		53.500
	4.617.747	500.318	(10.843)	5.107.222	560.827	5.668.049

Os investimentos em sociedades cooperativas não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição, e deduzidos da provisão para *impairment*, quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

12 Imobilizado

	1º/1/2019	Aquisição	Transferências	31/12/2019	Aquisição	Transferências	31/12/2020
Custo + reavaliação							
Terrenos	1.172.472	-	-	1.172.472	-	-	1.172.472
Edificações	17.934.185	-	-	17.934.185	(i) 15.390.138	1.235.202	34.559.525
Instalações	2.116.658	-	-	2.116.658	78.401	-	2.195.059
Máquinas e equipamentos	13.347.709	1.230.409	(14.457)	14.563.661	594.121	-	15.157.782
Computadores e periféricos	3.618.774	513.712	· -	4.132.486	172.913	-	4.305.399
Móveis e utensílios	2.316.957	389.285	-	2.706.242	130.242	-	2.836.484
Veículos	683.831	-	(148.440)	535.391	-	-	535.391
Imobilizações em curso	696.443	891.111	-	1.587.554	1.203.493	(1.235.202)	1.555.845
Outras imobilizações	372.951	-	-	372.951	-	-	372.951
-	42.259.980	3.024.517	(162.897)	45.121.600	17.569.308	-	62.690.908
Depreciação acumulada							
Edificações	(6.750.436)	(333.152)	-	(7.083.588)	(915.991)	-	(7.999.579)
Instalações	(1.554.741)	(139.055)	-	(1.693.796)	(131.802)	-	(1.825.598)
Máquinas e equipamentos	(7.998.000)	(1.016.438)	14.457	(8.999.981)	(1.015.965)	-	(10.015.946)
Computadores e periféricos	(2.829.734)	(372.573)	-	(3.202.307)	(310.321)	-	(3.512.628)
Móveis e utensílios	(1.653.226)	(154.853)	-	(1.808.079)	(157.087)	-	(1.965.166)
Veículos	(530.175)	(61.574)	141.320	(450.429)	(34.925)	-	(485.354)
Outras imobilizações	(304.996)	(29.375)	-	(334.371)	(25.416)	-	(359.787)
•	(21.621.308)	(2.107.020)	155.777	(23.572.551)	(2.591.507)		(26.164.058)
	20.638.672	917.497	(7.120)	21.549.049	14.977.801		36.526.850

⁽i) A Cooperativa adquiriu o prédio da sua unidade hospitalar na cidade de Leme SP que era por ela alugado. Para a sua aquisição a Cooperativa captou recursos financeiras conforme nota explicativa 17.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2020 e de 2019, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

13 Intangível

	1º/1/2019	Adição	31/12/2019	Adição	31/12/2020
Software e aplicativos	3.810.597	1.580.820	5.391.417	1.827.858	7.219.275
(-) Amortização acumulada	(2.793.718)	(507.728)	(3.301.446)	(850.904)	(4.152.350)
	1.016.879	1.073.092	2.089.971	976.954	3.066.925

14 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2020	2019
Provisão de prêmio/ contraprestação não ganha - PPCNG	2.451.248	2.471.154
Provisão para remissão	291.716	251.890
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	1.315.968	1.368.327
Provisão eventos a liquidar para o SUS – GRU	773.774	775.768
Provisão eventos a liquidar SUS – parcelamento	305.072	301.549
Provisão eventos a liquidar para o SUS – ABI	237.122	291.010
. Tottodo ovortido a figurada para o coco Tibr	207.122	201.010
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar	5.389.693	4.673.831
Cooperados	1.756.741	1.925.538
Serviços credenciados	2.091.534	2.028.611
Intercambio eventual	1.541.418	719.682
De la la contraction de la con	1 0 1 5 1 1 1	0.550.400
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	1.945.411	
PEONA – Outros prestadores	1.942.915	2.558.182
PEONA – SUS	2.496	
Circulante	11.394.036	11.323.384
Provisão para remissão	574.448	469.457
Provisão eventos a liquidar SUS – parcelamento	965.195	1.130.657
Não circulante	1.539.643	1.600.114
	12.933.679	12.923.498

A forma de constituição e manutenção das provisões técnicas estão descritas na nota 4.11.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

A ANS, por meio da Resolução RN nº 160/2007 e posteriores alterações, passou a exigir das operadoras a partir daquelas datas, de Patrimônio Mínimo Ajustado, Margem de Solvência, Provisão para Remissão e Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA), entre outras provisões a serem estabelecidas para garantia de obrigações contratuais. Os indicadores de regulação estão demonstrados na nota 25 (ii) e (iii).

As mencionadas Provisões Técnicas estão garantidas por aplicações do segmento de renda detalhadas na nota 5, atendendo aos critérios estabelecidos pela RN da ANS, representadas por Fundos, Certificados de Depósitos Bancários-CDB e Recibo de Depósitos Cooperativo-RDC, dedicados ao Setor de Saúde Suplementar.

15 Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com plano de saúde da operadora

	2020	2019
Médicos cooperados	1.409.384	1.604.795
Hospitais	144.218	35.937
Clínicas	68.908	23.880
Laboratórios	13.325	17.177
Radiologia	26.635	22.702
Outros prestadores a pagar	458.514	424.569
	2.120.984	2.129.060

16 Tributos e encargos sociais a recolher

-	2020	2019
IRPJ e CSLL	74.929	-
INSS	792.189	762.870
FGTS	282.241	276.189
PIS e COFINS	101.891	149.346
IRRF	2.962.963	3.464.522
PIS/COFINS/CSLL retidos	162.761	955
ISS	124.730	154.949
INSS e CSLL retido	193.974	170.999
INSS – parcelamento (i)	120.689	103.418
Outros impostos	13.949	166.947
Circulante	4.830.316	5.250.195
INSS – parcelamento – não circulante (i)	975.567	939.377
Total	5.805.883	6.189.572

(i) A Cooperativa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária relativo ao processo com o INSS. O parcelamento foi realizado considerando os benefícios da Lei e no prazo de 148 meses. Até dezembro de 2020 foram pagas 39 parcelas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

17 Empréstimos e financiamentos

				2020			2019
			Não			Não	
Modalidade	Vencimento	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Capital de giro (i)	fev/35	4.011.799	13.651.041	17.662.840	1.043.905	7.985	1.051.890
Financiamentos – Finame (ii)	nov/21	64.163	-	64.163	78.238	460.580	538.818
Leasing (ii)	jun/23	177.399	218.178	395.577	177.399		177.399
		4.253.361	13.869.219	18.122.580	1.299.542	468.565	1.768.107

As garantias são alienação fiduciária e aval dos diretores da Cooperativa.

As taxas de juros do capital de giro são: 0,60% e 1% a.m. + CDI.

- (i) Composto substancialmente pelo capital de giro para aquisição do prédio do Hospital Leme, conforme nota explicativa 12. A garantia é hipoteca de primeiro grau, sem concorrência de terceiros.
- (ii) Captação de recursos para aquisição de bens.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

18 Débitos diversos

			2020			2019
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações com pessoal	4.185.914	-	4.185.914	4.002.650	-	4.002.650
Fornecedores	5.458.393 94.326	-	5.458.393	3.774.911 67.907	-	3.774.911
Depósitos de beneficiários Outros débitos a pagar (i)	1.278.985	- 538.721	94.326 1.817.706	1.352.497	- 565.988	67.907 1.918.485
	11.017.618	538.721	11.556.339	9.197.965	565.988	9.763.953

⁽i) Composto substancialmente por acordos judiciais.

19 Provisões para ações judiciais

Encontram-se em questionamento ações na área cível, trabalhista e tributária. A Administração da Cooperativa, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os saldos das provisões judiciais estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
Tributárias (i)	818.003	3.661.673
Taxa de saúde suplementar (ii)	1.730.713	1.730.713
Cíveis (iii)	1.820.933	2.176.695
Trabalhistas (iii)	1.280.206	1.135.875
	5.649.855	8.704.956

Adicionalmente, a Cooperativa possui depósitos judiciais registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante nota 10.

(i) **Tributárias:** representado por provisões constituídas conservadoramente sobre as contingências tributárias relacionadas a impostos e contribuições federais incidentes sobre as operações da Cooperativa, a saber, PIS e COFINS, cuja exigibilidade está sendo questionada judicialmente pelos assessores jurídicos. Os valores correspondem a períodos não lançados e não prescritos atualizados pelos encargos referentes a multas e juros de 2009 a 2018.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

- (ii) Taxa de saúde suplementar: o saldo refere-se a notificações expedidas pela Agência Nacional de Saúde ANS no período de 2000 a 2014, visando a cobrança de Taxa de Saúde Suplementar, cuja exigibilidade está sendo discutida judicialmente pelos assessores jurídicos.
- (iii) Cíveis e trabalhistas: constituídas para fazer face a eventuais perdas em ações que estão sendo discutidas judicialmente. A Administração da Cooperativa, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que são suficientes às estimativas calculadas quanto ao desfecho dos processos. Tais ações, devido a natureza e histórico são passíveis de acordos.

Durante o curso normal de seus negócios, a Cooperativa fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas as revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

20 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 8.191.670 (R\$ 6.060.577 em 2019), cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2020 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

21 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma e classificado no patrimônio líquido, conforme o artigo 140 da Lei nº 13.097/2015. O quadro de cooperados da Cooperativa em 31 de dezembro de 2020 é de 202 (203 em 2019). De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades:
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação;
- outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c Reserva para riscos regulatórios, sinistralidade e intercâmbio

Reserva constituída de acordo com as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária, destinada a cobertura de riscos, sinistralidade e despesas de intercâmbio.

d Resultado à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação. As perdas são compensadas com as reservas existentes na data do balanço.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

22 Dispêndios administrativos

	2020	2019
Pessoal e Diretoria	(11.718.077)	(11.880.052)
Serviços de terceiros	(2.175.991)	(1.994.042)
Localização e funcionamento	(2.955.308)	(3.337.029)
Publicidade e propaganda	(563.942)	(578.973)
Tributos	(38.027)	(1.011.612)
Multas administrativas ANS	(102.622)	-
Diversas (i)	(2.749.921)	(2.959.083)
	(20.303.888)	(21.760.791)

(i) Composto substancialmente por: contribuição a associações de classe, confraternização, viagens e estadias, seguro de vida e despesas judiciais.

23 Resultado financeiro líquido

	2020	2019
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	953.123	1.740.094
Juros por recebimentos em atraso	345.062	341.816
Juros sobre capital próprio	74.697	50.505
Atualização monetária	32.877	38.249
Descontos obtidos	38.730	40.275
Outras receitas	80.458	115.898
	1.524.947	2.326.837
Dispêndios financeiros		
Perdas em aplicações financeiras	(100.723)	-
Descontos concedidos	(171.813)	(51.017)
Juros e multa	(1.058.050)	(304.348)
Títulos não recebidos	(311.150)	(468.267)
Despesas bancárias	(375.753)	(381.521)
Outras despesas	(72.100)	(18.398)
	(2.089.589)	(1.223.551)
	(564.642)	1.103.286

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

24 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Resultado tributável de atos não cooperativos	2.660.908	2.131.868
Imposto de renda - 15% + adicional de – 10% líquido de deduções	(625.262)	(525.696)
Contribuição social - 9%	(239.482)	(199.806)

25 Instrumentos financeiros e ativos garantidores ANS

(i) Gestão de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira que identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

	Valor contábil		
	2020	2019	
Disponível	555.259	2.011.264	
Aplicações financeiras	32.767.251	30.681.221	
Créditos de operações com planos de assist. à saúde Créditos de op. de assist. à saúde não relac. com	2.621.428	1.607.293	
planos de saúde da operadora	6.142.641	3.538.680	
Bens e títulos a receber	4.583.673	1.228.230	
	46.670.252	39.066.688	

Créditos a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre as contas a receber está em linha com a resolução normativa da ANS, que estabelece que deve ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de planos de assistência à saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os critérios estabelecidos nessa RN detalhado na nota 4.4.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

Disponível

Basicamente representado por valores em conta corrente. O excedente de caixa é imediatamente investido em aplicações de liquidez imediata.

Aplicações financeiras

A Cooperativa possui aplicações financeiras com classificação de risco baixa. A Administração classifica os investimentos de liquidez imediata (exceto as aplicações garantidoras da ANS) e de baixo risco.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

Para avaliação do risco de liquidez a Cooperativa se pauta das análises aplicadas para atendimento a Resolução Normativa da ANS relacionadas aos:

(ii) Recursos próprios mínimos

Consideram-se recursos Próprios Mínimos o limite do patrimônio líquido que deverá ser observado pelas Operadoras de Planos de Saúde (OPS), a qualquer tempo, de acordo com os critérios de Patrimônio Líquido Ajustado e Margem de Solvência. A Resolução Normativa ANS nº 451, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (DIOPE), define os ajustes por efeitos econômicos no patrimônio das OPS a ser considerado para fins de adequação às regras de Recursos Próprios Mínimos (Patrimônio Líquido Ajustado – PLA) e Margem de Solvência.

O Patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 37.982.063 (R\$ 30.249.980 em 2019).

O Capital Base (CB) representa o valor mínimo do patrimônio líquido da operadora de saúde, ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator "K", emitido pela ANS, pelo capital-base de R\$ 8.977.014 em 31 dezembro de 2020, o qual é anualmente ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), que deve ser observado pelas operadoras de planos de saúde na exigência do Capital Base (CB).

O fator "K" vigente em dezembro de 2020 corresponde a 4,76%, de modo que o Capital Base (CB) é de R\$ 427.306, consequentemente, o Patrimônio Líquido Ajustado da Cooperativa atende a esse mínimo estabelecido.

(iii) Margem de Solvência

A Margem de Solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos, conforme critérios definidos em Resolução Normativa da ANS. Em 31 de dezembro de 2020 a Cooperativa apresenta necessidade de margem de solvência em R\$ 37.260.905 (R\$ 29.996.175 em 2019) que corresponde a 85,28% da necessidade total da margem de solvência, portanto, o patrimônio líquido ajustado é suficiente perante a margem de solvência.

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais

26 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Araras, 31 de dezembro de 2020.

Dr. Marcelo Torrente Silva

Presidente

Dr. Hélio Maurício Anselmo de Andrade

Diretor de Mercado e Finanças

Izabel Cristina Canassa

Contadora - C.R.C. 1SP296426/o-8

Túlio Martins Machado Atuário – MIBA 2540